

A construção da identidade branca e o identitarismo dos outros

The construction of white identity and the identitarianism of others

BARROS, Douglas. **O que é identitarismo?** 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2024.

João Nilo de Souza Nobre 

Doutor em Arqueologia
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
nilonobrelobo@gmail.com

A partir das décadas de 1960-70, cada vez mais os grupos minoritários passaram a reivindicar direitos iguais. Os estudos de Michel Foucault sobre o poder, os de Louis Althusser sobre identidade, os de Félix Guattari e Gilles Deleuze sobre a desconstrução, os estudos de Frantz Fanon sobre racismo, entre muitos outros, trouxeram consigo uma nova perspectiva sobre as dominações do capitalismo e sobre as relações coloniais, ainda presentes nas estruturas nacionais ao redor do mundo. O movimento pela multivocalidade nas ciências humanas pós-modernas seria, então, uma tentativa de dar voz aos historicamente excluídos e marginalizados. Mas, supostamente, o resultado foi uma cacofonia de diversas vozes competindo entre si pelos mesmos direitos.

Este é um entendimento possível quando se aborda a questão do identitarismo na atualidade. No entanto, Douglas Barros utiliza sua *expertise* em psicanálise e seu conhecimento sobre economia da segunda metade do século XX para propor uma explicação de identitarismo, que leva em conta não apenas as características psicológicas da formação de uma identidade individual, mas também como as próprias mudanças econômicas e sociais – no último século – levaram a esta segmentação social de todos contra todos, como uma característica intrínseca do novo arranjo capitalista neoliberal.

No início de sua explanação, Barros (2024) apresenta as definições psicanalíticas de Freud sobre identidade, nas quais se entende que a identidade se dá a partir da diferenciação do *eu* com o outro, em um processo de constante transformação. Assim, a identidade pessoal nunca está completa, pois é sempre construída a partir da diferenciação do *eu* com os outros. Neste sentido, para Freud, o outro aparece enquanto objetificação, na qual o indivíduo se projeta



<https://doi.org/10.28998/rchv16n31.2025.0006>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 04/12/2024

Aceito em: 23/05/2025

Publicado: 10/07/2025

e-Location: 18720

buscando identificação. Esta projeção, por sua vez, é sempre parcial e limitada, tomando apenas poucos traços da pessoa objetada, o que acaba por coisificar a pessoa para encaixá-la em uma fantasia pessoal.

autor, a partir desta definição de como a identidade se forma nos indivíduos, passa a especular através da história como este processo foi se moldando ao longo do tempo até atingir contornos sociais mais amplos. Neste sentido, a identificação cultural ganha destaque, mostrando que entre culturas há também uma identificação interna por meio de sua relação com o outro. No mercantilismo europeu, as relações das identidades culturais terão uma significativa mudança histórica, uma vez que era o início de uma mundialização do mercado. A partir de então, a identidade racial será fundamental no estabelecimento das novas relações sociais.

“Na aurora da modernidade, a exploração de novos continentes faz emergir a noção racial como construção identificatória para gerir os territórios invadidos” (Barros, 2024, p. 55). O negro – primeiro produto humano em forma de mercadoria – adquire então uma não identidade, uma objetificação dada pelo colonizador. Desta forma, cria-se uma nova maneira de sociabilidade que permite ao europeu um discurso útil na gestão das colônias: de que o outro é apenas um objeto, tirando dos povos explorados toda sua complexidade e possibilidade de individuação. Além disso, a noção racial passa a dividir o mundo a partir de dois sistemas de referências: o que os racializados pensam de si mesmos e o que os colonizadores pensam dos racializados. O autor chama a atenção para o fato de que a racialização do mundo pelo europeu é, então, um movimento identitário. Nota-se como, inclusive, a epistemologia científica moderna vai virar as costas para a questão da escravidão, legitimando a objetificação e coisificação do outro.

Além disso, as identidades individuais não escapam às condições objetivas de reprodução social. Portanto, a racialização do outro – feita pelo europeu – além do caráter de permitir a gestão das colônias, operou uma perversão na possibilidade do estabelecimento das identidades dos povos racializados, exigindo deles uma correlação com sua objetificação. Ou seja, um complexo de inferioridade que coloca o embranquecimento como forma de realização do *eu*. Uma incapacidade de reconhecimento de si, caso não se adeque à referência (branco europeu).

Seguindo em sua argumentação, o autor propõe que a definição do branco como padrão de referência, no contexto da crescente mundialização do mercado, também será consolidada

como base das identidades nacionais, assim como o próprio funcionamento das relações sociais dentro das nações, em paralelo ao impulsionamento tipográfico das ideologias.

Primeiro a partir da religião, segundo a partir da ciência, a marcação identitária do branco europeu vai continuar se expandido a partir de suas raízes mercantilistas, enquanto o mercado se mundializa mais e mais ao longo do século XX. Para o autor, as identidades nacionais suprimiram a experiência racial sem, no entanto, apagar a racialidade enquanto forma de gestão, de modo que a racialização continua a operar na reprodução da vida cotidiana, moldando a noção de cidadania. Como exemplo, tem-se criado um desejo pelo domínio e pela segurança, e um medo de que o outro seja destruidor da harmonia nacional. “A constituição de fronteiras imaginárias e materiais, a *língua* como elemento segregador e o *museu* como construção de uma história particular e particularista, foram fundamentais nesta conquista” (Barros, 2024, p. 81). A estabilidade estatal, conseguida a partir destas características, trouxe consigo o aprofundamento da xenofobia, da racialização e a ideia da superioridade racial.

Percebe-se, então, que há um grande movimento histórico de construção de uma identidade (branca e europeia) que exclui todo o resto de sua possibilidade de individuação. Tanto a nível individual, como cultural, como posteriormente nacional, mobilizada em torno de um ideal de progresso, que nada mais é do que o sonho de uma europeização do mundo. No final das contas, é a raça que define quem é ou não cidadão pleno nas nações, e os Estados nacionais carregam consigo a herança colonial ao construírem espaços diferenciados entre comunidades racializadas e comunidades racistas. Desde a estrutura social herdada dos moldes coloniais ao racismo científico, a construção identitária branca se consolidou em todos os âmbitos da vida ocidental. Mesmo com as transformações que o capitalismo sofre a partir da década de 1970, a racialidade continua a operar enquanto modelo de gestão das identidades, perpetuando hierarquias e desigualdades.

Barros (2024) discorre sobre os escritos econômicos de Friedrich von Hayek, cuja teoria servirá como base para o neoliberalismo, que reconfigurará o capitalismo pós-1970, propondo uma nova ontologia social, na qual a única possibilidade de realização individual está centrada no mercado. Esta nova ideia de sujeito se pauta em uma suposta característica natural do humano, que seria sempre competitivo. Neste sentido, o mercado seria o lugar de construção das novas identidades enquanto que o Estado assumiria um papel meramente regulador, responsável por gerenciar a concorrência.

Da proposição das ideias de Hayek, na década de 1940, até o início efetivo de um capitalismo neoliberal, mais de trinta anos se passaram. Barros (2024) estima que isso não aconteceu porque Hayek se tornou a grande referência, mas porque no momento em que ele propôs as suas ideias ainda não haviam condições materiais para o funcionamento de um sistema assim e, na década de 1970, ocorreram muitas mudanças que forçaram o capitalismo a se redirecionar, tais como a reestruturação produtiva, o fim do sistema Bretton Woods, o acirramento da guerra do Vietnã, o rescaldo pelos movimentos de 1968 e a crise da valorização do valor. Além disso, é na década de 1970 que surgem os microchips, o primeiro passo para um mercado globalizado e cada vez mais interconectado. É a partir destas alterações mundiais que paulatinamente o Estado vai adquirindo as características propostas por Hayek, de se tornar um regulador da vida social através do direito privado. Portanto, enquanto entidade reguladora, o Estado também seria alvo de avaliação e deveria provar a eficiência de suas decisões. Neste sentido, espera-se do Estado cada vez mais uma postura “técnica” na regulação das concorrências, a fim de gerar investimento.

Seria, então, a partir desta atuação como gestor que o Estado volta suas atenções para a totalidade das relações sociais. É neste momento em que os grupos minoritários entram em foco. Se o Estado precisa gerir conflitos, isso significa receber demandas de grupos concorrentes, o que exige, obrigatoriamente, uma regulação das identidades. Portanto, mais uma vez, a racialidade entra em cena enquanto critério fundamental de controle. E neste contexto, há uma contraparte em que as identidades minoritárias acabam sendo algumas vezes cooptadas, sob a imagem da inclusão, e coagidas a participarem da estrutura, autorregulando-se conforme a música. Tais características se aprofundaram cada vez mais a partir da década de 1990, quando os mercados se unificaram através da internet, reconfigurando os modelos de tempo e espaço, mas ainda mantendo muitos dos pressupostos identitários subjacentes em sua estrutura, desde o período colonial.

Após estas considerações, o autor chega ao cerne de sua discussão: o identitarismo atual, marcado desde o início pela criação de uma identidade branca e coisificação das demais, funciona como um modelo de gestão do capitalismo de crise globalizado e hiperconectado. Em um processo histórico e gradual percebe-se a configuração das identidades como uma construção europeia para excluir as diferenças como exóticas ou alheias. O direito universal passa a ser uma estrutura para o cidadão, cujo representante não é o racializado das colônias, mas o proprietário da metrópole. A propriedade é a porta de acesso, regulada pelo Estado. Para

os racializados, no entanto, esta porta permaneceu fechada até que o capitalismo neoliberal fosse obrigado a lidar com as diferentes identidades. Então, a porta passou a ser entreaberta para a entrada de um ou outro indivíduo, criando, assim, uma noção de que qualquer um pode ascender na estrutura, ao mesmo tempo em que desmobiliza os coletivos a partir desta esperança, pois “o identitarismo é o pertencimento dirigido pelo controle administrativo, que é operacionalizado para definir o lugar das múltiplas identidades no interior da álgebra do poder” (Barros, 2024, p. 148).

Assim, opera-se uma estratégia para barrar as formas de politização real. Quando algumas concessões são feitas, impede-se o desenvolvimento de uma potência política que se oponha de forma global ao sistema. Além disso, ao conceder um pouco de poder para representantes das identidades historicamente excluídas, faz-se com que o próprio engajamento de seus agentes sirva de autorregulação para os coletivos, mas nunca ameaçando de fato as formas de regulamentação social voltadas para o mercado. É esta política de gestão que coloca todas as identidades em seus devidos lugares e é também este tipo de segregação que agudiza conflitos internos entre identidades coisificadas, propiciando um ressentimento por parte de algumas identidades sobre privilégios historicamente e estruturalmente construídos (nós brancos... eles muçulmanos, negros, mulheres, gays etc.).

Além da atuação do Estado nesta gestão do identitarismo, há também um aprofundamento destas relações no mundo virtual, no império das imagens, nas bolhas identitárias digitais. Um meio em que as regras são nebulosas, disfarçadas de uma cientificidade neutra e técnica, que nada mais é do que uma réplica das relações identitárias construídas historicamente. Ao passo que toda atividade é convertida em perfil de público-alvo, com o intuito de transformar a todos em consumidores a partir de propagandas personalizadas. Nas palavras do autor, o mundo contemporâneo passou por “uma verdadeira colonização da gramática cotidiana, que não só impede a troca simbólica comum, a partir da partilha do sensível, como encerra o espaço público no privado. A vida social é dominada por nichos e já não há sequer um léxico comum. Falamos a mesma palavra, mas não o mesmo signo” (Barros, 2024, p. 174).

O autor encerra a sua discussão contextualizando os movimentos reacionários da extrema direita, ressentidos pela perda de privilégios históricos e por ter que concorrer com outros grupos. Destaca-se uma característica pessimista deste contexto, de que até mesmo os progressistas estão reféns da lógica da gestão estatal, de forma que não se busca mais romper

com esta estrutura em nome do bem comum, mas, pelo contrário, procura-se estabelecer identidades que possam se adequar ao regime a partir da noção de representatividade.

Para exemplificar, e fugindo um pouco do conteúdo do livro em si, podem-se levantar algumas questões em relação ao nosso contexto atual: Por que um governo dito de esquerda escolhe um representante do mercado financeiro para chefe do Banco Central? O manto da tecnicidade por vezes esconde os interesses de classe dos representantes de cargos de confiança. Em outra seara, seria a criação de um ministério indígena um real avanço para os povos originários ou apenas a inserção desta minoria na função de representatividade do Estado regulador? Enquanto algumas terras indígenas são efetivamente demarcadas, assiste-se também um *lobby* do próprio governo para exploração de petróleo na foz do Amazonas, ao mesmo tempo em que o Brasil busca trazer de volta para si a imagem de vanguarda no enfrentamento das questões climáticas. Enquanto isso, mesmo com ministério, os povos indígenas são sistematicamente excluídos do debate sobre o famigerado Marco Temporal, cuja postura “conciliatória” do Supremo Tribunal Federal parece interessada em conciliar apenas com os fazendeiros. A estrutura colonial, na qual homens brancos decidem o que fazer com as terras dos outros, persiste.

Política é disputa de projetos e visões de mundo e, neste contexto de um governo que se pretende progressista, fica evidente o quanto o Estado está dividido entre as diversas forças políticas que o compõem, incapaz de atuar de forma significativa em uma direção contrária aos ditames do capital, utilizando a bandeira da representatividade para mitigar conflitos “identitários” e mascarar as suas próprias contradições internas.